



FOLHA DE INFORMAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

Senhor Licitante,

O Núcleo de Licitação apresenta os esclarecimentos relativos à licitação em epígrafe com a transcrição da resposta da área técnica demandante, conforme relacionamos a seguir:

Perguntas e Respostas:

QUESTIONAMENTO:

1) "Qual é o material técnico detalhado das especificações/manuais/layout constantes deste Edital?"

RESPOSTA:

"Não há material técnico detalhado. As especificações exigíveis são as constantes do Edital."

QUESTIONAMENTO:

2) "Qual o layout/cópia do ofício utilizado atualmente que deverá ser apresentado até o 10º. Dia útil?"

RESPOSTA:

"Se a questão se refere à obrigação contida no item 10.7 do Termo de Referência, não há modelo exigível."

QUESTIONAMENTO:

3) "Caso o 10º. dia útil cair em um sábado domingo ou feriado, qual a regra se antecipa ou posterga?"

RESPOSTA:

"Não se trata de 10º dia útil, mas até o 10º dia imediatamente seguinte ao mês de referência. Sendo até o 10º dia, eventual contagem incluindo sábados, domingos e feriados, deverá ser antecipada."

QUESTIONAMENTO:

4) "Qual a tabela de feriado que utilizam?"

RESPOSTA:

"O Poder Judiciário segue os feriados nacionais públicos e notórios. Com relação aos feriados estaduais e municipais, publica Decreto Regulamentador com antecedência."

QUESTIONAMENTO:

5) "No caso de um feriado tempestivo (definido pelo governo, não previsto), qual a regra a considerar?"

RESPOSTA:

"De acordo com a exposição do item anterior, ou seja, publica Decreto Regulamentador com antecedência."

QUESTIONAMENTO:

6) "Quais informações/layout devem ser contempladas no relatório de pagamento de precatórios?"



RESPOSTA:

"Extrato das contas judiciais que tem como gestor o Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios. Informações acerca do cumprimento dos alvarás eletrônicos e/ou ofícios/ordens de pagamento no prazo máximo estipulado no contrato."

QUESTIONAMENTO:

7) "Quais são as especificações/manuais técnicos do sistema que teremos que integrar ao nosso sistema?"

RESPOSTA:

"Os sistemas judiciais atualmente utilizados pelo Tribunal de Justiça que deverão se comunicar com o utilizado pela instituição contratada são PJe, e-SAJ e PROJUDI. Ressalte-se a imperiosa necessidade de treinamento dos usuários e equipe do TJ (multiplicadores) para uso do sistema utilizado pela instituição contratada."

QUESTIONAMENTO:

8) "A migração dos processos (legado) iniciará em que momento?"

RESPOSTA:

"A previsão contida no termo de referência é no sentido de que restando 6 (seis) meses para o fim da vigência do atual contrato, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, através de qualquer meio de comunicação, estabelecerão cronograma de ações com procedimentos e prazos para uma eventual migração dos depósitos para a instituição financeira vencedora do certame a fim de evitar descontinuidade de atendimento aos jurisdicionados. De igual modo, consta do termo de Referência que o vencedor do certame deverá realizar as adaptações necessárias em seus sistemas e fornecer os treinamentos indispensáveis à sua utilização em até 90 dias, contados da assinatura do contrato. Na prática, a expectativa é que as transferências ocorram próximo e até o dia 18 de janeiro de 2022, data do termo final do contrato vigente."

QUESTIONAMENTO:

9) "O Tribunal possui ambiente de testes para homologação?"

RESPOSTA:

"Sim"

QUESTIONAMENTO:

10) "Existe horário restrito para comunicação nos testes?"

RESPOSTA:

"Não, mas para evitar indisponibilidade será necessário realizar comunicados prévios com a área responsável."

QUESTIONAMENTO:

11) "O que é esperado que o Banco implante no período desses 90 dias?"

RESPOSTA:

"Que realize as adaptações necessárias em seus sistemas e forneça os treinamentos indispensáveis a sua utilização, para que, decorrido o prazo de 90 dias, a instituição vencedora passe a administrar plenamente os depósitos judiciais realizados."



QUESTIONAMENTO:

12) "Qual é a regra de funcionamento do sistema que controla os precatórios? Pode nos enviar o manual/fluxo?"

RESPOSTA:

"Não possui sistema específico de pagamento, o Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios - NACP possui sistema de cálculo para controle interno de pagamento."

QUESTIONAMENTO:

13) "Como funciona o processo de repasse dos precatórios às Prefeituras?"

RESPOSTA:

"O repasse das prefeituras é feito através de depósitos em conta judicial que tem como gestor o Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios - NACP ou através de bloqueios nas contas das Prefeituras, determinado através de ordem judicial do NACP.

O repasse do NACP, quando se trata de Imposto de Renda, é feito através de conta informada pelo ente devedor (Prefeituras)."

QUESTIONAMENTO:

14) "Os valores referentes aos depósitos serão creditados no [REDACTED] em 100% com montante dos precatórios ou deduzido?"

RESPOSTA:

"Todos os valores relativos a depósitos, fiança e recursos destinados ao pagamento dos precatórios, com natureza de depósitos judiciais, ficarão sob a custódia da instituição financeira vencedora do certame."

QUESTIONAMENTO:

15) "Se deduzido, a remuneração será feita nos 100% ou sem os precatórios?"

RESPOSTA:

"Os depósitos judiciais, nesta condição, serão remunerados integralmente. Os recursos destinados ao pagamento dos precatórios também serão remunerados enquanto estiverem na condição de depósitos judiciais. O Tribunal de Justiça receberá a Verba de Relacionamento Negocial sobre MSD dos depósitos judiciais."

QUESTIONAMENTO:

16) "Como será o repasse aos Entes Públicos Federados dos valores correspondentes aos depósitos judiciais e administração dos Fundos de Reserva de acordo com o previsto no ordenamento jurídico pátrio vigente?"

RESPOSTA:

"São abertas contas específicas em nome dos entes federados destinadas a esta finalidade, obedecendo às formalidades necessárias, cujos repasses são feitos a partir dos depósitos realizados pelas partes, observando os requisitos legais."

QUESTIONAMENTO:

17) "Qual é a regra de funcionamento do sistema que controla a fiança? Pode nos enviar o manual/fluxo?"

RESPOSTA:

"Em tese, tem a mesma natureza do depósito judicial. A diferença básica é que a fiança não estará, inicialmente, vinculada a um processo judicial."

QUESTIONAMENTO:

18) "As contas a serem abertas para os processos de depósitos judiciais são contas gráficas ou contábeis?"



RESPOSTA:

"Por se tratar de recursos pertencentes a terceiros, não terá vinculação contábil com o Tribunal de Justiça."

QUESTIONAMENTO:

19) "A conta que permanecerá o valor do depósito somente poderá aceitar os débitos e créditos referentes a captação de um depósito novo e de um alvará pago?"

RESPOSTA:

"Sim. São contas utilizadas exclusivamente para estes procedimentos. Ressalte-se que existem casos de depósitos continuados que, em tese, deverão ser creditados na mesma conta."

QUESTIONAMENTO:

20) "A conta do tribunal que permanecerá o valor total dos depósitos somente poderá aceitar os débitos e créditos referentes a captação de um depósito novo e de um alvará pago?"

RESPOSTA:

"O Tribunal não terá contas de depósitos judiciais. Estas deverão ser vinculadas ao depositante, às partes envolvidas, ao processo e à unidade judiciária na qual tramita."

QUESTIONAMENTO:

21) "Quais seriam os outros métodos semelhantes quanto aos meios para pagamentos de alvarás, além dos atualmente disponíveis (PIX, DOC, TED...)?"

RESPOSTA:

"Todos os que são ou venham a ser autorizados pelo Banco Central, respeitando as regras por ele estabelecidas."

QUESTIONAMENTO:

22) "O que é o alvará eletrônico?"

RESPOSTA:

"Ordem Judicial emitida através de meio eletrônico para levantamento dos valores depositados, ou seja, as ordens judiciais de pagamento são automaticamente remetidas ao banco após o magistrado autorizar o alvará. Os valores determinados pelo Juiz ficam disponíveis para saque no caixa ou por meio de transferência diretamente para a conta indicada pelo credor. Informações neste sentido estão disponíveis em <http://www5.tjba.jus.br/portal/sistema-de-alvara-eletronico-chega-ao-interior-do-estado/>"

QUESTIONAMENTO:

23) "Qual é o entendimento de postos de atendimento e correspondentes bancários?"

RESPOSTA:

"Conceito indiferente ao objeto do contrato."

QUESTIONAMENTO:

24) "Quais as formas de captação dos valores do depósito judicial? (Exemplo: boleto de cobrança)?"

RESPOSTA:

"A instituição financeira vencedora do certame poderá desenvolvê-las. A única exigência do Termo de Referência é no sentido de que seja expedida eletronicamente e pagável em qualquer Banco até a data do vencimento."

QUESTIONAMENTO:

25) "Os dados trafegados entre Banco e Tribunal, serão por troca de arquivos ou API/Webservice ou outra forma?"

RESPOSTA:

"API/Webservice."



QUESTIONAMENTO:

26) "O sistema utilizado pelo Tribunal é on-line, 24/7 ou possui um horário definido para utilização?"

RESPOSTA:

"Sistema on-line/web"

QUESTIONAMENTO:

27) "Qual o percentual/volume de depósitos por meio de Cheques, Espécie e Boletos?"

RESPOSTA:

"Via de regra, esta situação está diretamente ligada ao relacionamento do usuário com o Banco. Para o Tribunal é irrelevante."

QUESTIONAMENTO:

28) "Qual o volume atual de processos no legado?"

RESPOSTA:

"Informação indisponível. São conhecidos apenas os números constantes do Termo de Referência."

QUESTIONAMENTO:

29) "Existem processos com valor em moeda estrangeira?"

RESPOSTA:

"Não."

QUESTIONAMENTO:

30) "Qual será o layout/manual para migração dos depósitos do legado?"

RESPOSTA:

"Não há definição. A estratégia para migração será desenvolvida em conjunto após assinatura do Contrato."

QUESTIONAMENTO:

31) "Todos os processos estão automatizados ou existem alguns com documentação física?"

RESPOSTA:

"Existem processos com documentação física e depósitos não identificados."

QUESTIONAMENTO:

32) "Quais são os percentuais de alvarás pagos em espécie nas Agências?"

RESPOSTA:

"Informação indisponível."

QUESTIONAMENTO:

33) "Quais são os layouts/fluxos de comunicação que serão realizados com o Banco?"

RESPOSTA:

"Alinhável. A estratégia será desenvolvida em conjunto após assinatura do Contrato."

QUESTIONAMENTO:

34) "Quais são as informações disponibilizadas para consulta nos meios eletrônicos home banking ou internet banking?"



RESPOSTA:

"Disponibilizar ao CONTRATANTE por meio eletrônico, na modalidade *home banking* ou *internet banking*, acesso para consultas *on-line* às contas dos depósitos a fim de verificar quantitativos, movimentações de depósitos e levantamentos, conforme consta do Termo de Referência."

QUESTIONAMENTO:

35) "Qual o interesse do Tribunal em utilizar a solução do [REDACTED] para gerenciamento dos depósitos e solução de mercado adquirida pelo Banco para front onde é possível realizar a gestão/consulta através de uma URL?"

RESPOSTA:

"O interesse do Tribunal será utilizar a melhor e mais moderna ferramenta oferecida pela instituição financeira vencedora do certame para a consecução do objeto contratual."

QUESTIONAMENTO:

36) "Qual a quantidade, periodicidade e tipos de relatórios/layout necessários?"

RESPOSTA:

"Em conformidade com o previsto no Anexo XI do Edital, Acordo de Níveis de Serviço."

QUESTIONAMENTO:

37) "Quais são os códigos de recolhimento (PJ e PF) do Imposto de Renda para os pagamentos (alvarás eletrônicos) dos Depósitos Judiciais?"

RESPOSTA:

"Havendo incidência, o código da Receita que consta no DAE (Documento de arrecadação Estadual) é gerado automaticamente – **8005**, independente de ser pessoa física ou jurídica. O Núcleo não tem como alterar esse código, apenas preenche o campo de CPF ou CNPJ.

Em relação aos Municípios, o valor de Imposto de Renda é creditado em conta Judicial aberta pelo Núcleo ou conta bancária informada pelo Ente devedor, contendo a informação no Alvará/ofício no momento da sua expedição.

Nos precatórios em que o INSS é o devedor, é preenchido um DARF e utilizado o código da Receita – **0588**, independentemente se pessoa física ou jurídica."

QUESTIONAMENTO:

38) "O juiz inclui o valor da alíquota e as informações do Imposto de Renda na ordem de pagamento?"

RESPOSTA:

"Sim. Quando houver incidência do Imposto de Renda é informada a conta judicial para depósito ou encaminhado DAE para o devido recolhimento."

QUESTIONAMENTO:

39) "Qual o volume de depósitos via BACENJUD?"

RESPOSTA:

" Informação indisponível."

QUESTIONAMENTO:

40) "Qual a regra para remuneração dos processos (diária, mensal, etc)?"

RESPOSTA:

"As correções e atualizações monetárias serão feitas de acordo com a norma estabelecida pela legislação pertinente, conforme previsto no Termo de Referência."

QUESTIONAMENTO:



QUESTIONAMENTO:

41) "Qual é a forma de controle de acessos das partes envolvidas no processo do depósito judicial? Por planilha, sistema?"

RESPOSTA:

"Cada unidade judicial tem acesso, por meio do sistema, dos depósitos realizados no processo, por meio de consulta realizada pela área judiciária."

QUESTIONAMENTO:

42) "É o Banco ou o Tribunal que farão esse controle?"

RESPOSTA:

"O Tribunal, através da Unidade competente."

QUESTIONAMENTO:

43) "Qual é a chave de segurança para a consulta das informações referentes ao depósito judicial (login e senha)?"

RESPOSTA:

"Alinhável. Faz parte do objeto contratual."

QUESTIONAMENTO:

44) "Se a resposta acima for sim, qual é o prazo para que a senha seja alterada? Como ela é alterada?"

RESPOSTA:

"Alinhável. Faz parte do objeto contratual."

QUESTIONAMENTO:

45) "Quando uma parte envolvida no processo não poder mais consultar as informações como ela é excluída? Ex: advogado saiu do processo."

RESPOSTA:

"O acesso às informações deverá ser vinculado ao processo, sob a ordem da unidade judiciária."

QUESTIONAMENTO:

46) "A exclusão é realizada pelo Tribunal de justiça?"

RESPOSTA:

"O acesso às informações deverá ser vinculado ao processo, sob a ordem da unidade judiciária."

QUESTIONAMENTO:

47) "Existe algum controle de quem são as partes envolvidas no processo?"

RESPOSTA:

"Constam do cadastro processual."

QUESTIONAMENTO:

48) "A assinatura do alvará para pagamento é realizada por intermédio de qual dispositivo de segurança?"

RESPOSTA:

"Em sendo alvará eletrônico, Certificado Digital (Com o uso do Token com nível de segurança A3). Em qualquer hipótese apenas o magistrado está habilitado para a assinatura, devendo efetuar cadastramento prévio junto ao Banco."



QUESTIONAMENTO:

49) "Qual o dispositivo de segurança utilizado para o acesso as contas contábeis?"

RESPOSTA:

"Alinhável. Faz parte do objeto contratual. Via de regra, a assinatura eletrônica."

QUESTIONAMENTO:

50) "Referente aos processos que correm em sigilo qual o seu funcionamento e controle?"

RESPOSTA:

"O acesso às informações deverá ser vinculado ao processo, sob a ordem da unidade judiciária."

QUESTIONAMENTO:

51) "Será necessário o envio de arquivo com as informações dos novos depósitos captados/recebidos? Qual a periodicidade, diário, semanal, quinzenal, etc..?"

RESPOSTA:

"Em conformidade com o Acordo de Níveis de serviço."

QUESTIONAMENTO:

52) "Será necessário identificar em qual canal (Internet, mobile banking, agência etc...) o depósito foi captado/recebido?"

RESPOSTA:

"Alinhável. Faz parte do objeto contratual."

QUESTIONAMENTO:

53) "Os depósitos a serem captados/recebidos poderão ser realizados após o vencimento?"

RESPOSTA:

"Não. Devem ser recolhidos rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos na peça processual, ainda que a Guia de Recolhimento tenha uma data de expiração mais elástica. Em hipótese alguma, os depósitos poderão ser recolhidos após a data de vencimento da Guia."

QUESTIONAMENTO:

54) "Qual o período de pesquisa do extrato referente a um processo de depósito judicial? Ex: últimos 30 dias, 90, 12 meses, indeterminado?"

RESPOSTA:

"Em conformidade com o Acordo de Níveis de serviço."

QUESTIONAMENTO:

55) "A consulta poderá ser somente ser de um saldo do processo do depósito judicial?"

RESPOSTA:

"Alinhável. Faz parte do objeto contratual."

QUESTIONAMENTO:

56) "Será necessário o envio de arquivo com as informações dos alvarás pagos? Qual a periodicidade, diário, semanal, quinzenal?"

RESPOSTA:

"O acesso ao alvará pago deve ser consultado a qualquer momento via sistema pelo servidor da unidade judicial vinculada. Impende salientar a importância de vinculação entre o sistema de emissão de alvará e o sistema judicial, apresentando a comunicação de pagamento do alvará e o respectivo documento comprobatório."



Além disso será necessário fornecer mensalmente, na forma do Item 2.1 do Anexo – I (Acordo de Nível de Serviço - ANS) do Edital, relatórios em que constem as informações suficientes para aferição dos níveis de Serviços ofertados no período, o que inclui o total de levantamentos eletrônicos.”

QUESTIONAMENTO:

57) “Será necessário identificar em qual canal (Internet, mobile banking, agência etc...) o alvará?”

RESPOSTA:

“Alinhável. Faz parte do objeto contratual.”

QUESTIONAMENTO:

58) “Caso os usuários que possuam o dispositivo de segurança deixem de exercer a Função o acesso, o certificado e suas funcionalidades são bloqueadas? Devem ser bloqueadas tempestivamente, bem como seu acesso as contas do tribunal e a possibilidade de autorizar os pagamentos, devem ser revogados imediatamente.”

RESPOSTA:

“O acesso e a desvinculação deverão ser procedidos mediante ato do Magistrado titular da unidade judicial.”

QUESTIONAMENTO:

59) “Tendo em vista que o Edital tem como objeto a contratação de instituição financeira como agente exclusivo para a prestação de serviços de captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia, pedimos detalhar cada um dos serviços, bem como, seja informado o seu operacional.”

RESPOSTA:

“Os serviços estão descritos no item 2, do OBJETO DA LICITAÇÃO e as obrigações, constam do item 15 do Edital. O operacional é alinhável por se tratar da forma como a CONTRATADA executará o objeto contratual.”

QUESTIONAMENTO:

60) “Levando em consideração que o Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências nº 0004420-14.2019.2.00.0000, pacificou o entendimento da possibilidade dos bancos privados participarem da licitação somente para os depósitos judiciais, gostaríamos que fosse apresentado a justificativa cabível para que instituições financeiras privadas prestassem os serviços de captação e administração dos depósitos administrativos, fianças, pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV, tendo em vista, especialmente, que a Lei Complementar nº 151/2015 dispõe que os precatórios serão mantidos exclusivamente em instituição financeira oficial. Caso não haja justificativa, solicitamos que o objeto da licitação seja dividido em lotes, visando, assim, a possibilidade de participação de todas as instituições financeiras.”

RESPOSTA:

“A Lei Complementar nº 151/2015 assevera que *“os depósitos judiciais e administrativos em dinheiro, referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios sejam parte, deverão ser efetuados em instituição financeira oficial federal, estadual ou distrital”*.

A conclusão do CNJ no processo mencionado foi no sentido de *“facultar à administração do Tribunal a possibilidade de: (i) efetuar os depósitos judiciais no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, ou, (ii) não aceitando o critério preferencial proposto pelo legislador e observada a realidade do caso concreto, realizar procedimento seletivo (licitação) visando à escolha da proposta mais adequada para a administração dos recursos dos particulares, com aplicação dos regramentos legais e princípios constitucionais aplicáveis”*.

Deste modo, entendemos que a citada lei não exige que “os precatórios” sejam mantidos exclusivamente em instituição financeira oficial, haja vista que no tocante a estes, as disposições nela contidas tratam apenas de exclusividade no pagamento, inteligência do art. 7º, sem se referir à exigência questionada.”



QUESTIONAMENTO:

61) "Considerando a complexidade da avaliação da licitação, a necessidade de esclarecimentos e o curto prazo para avaliação até a data do certame designada para o dia 28/06/2021, pedimos que o certame seja adiado para final de julho para que tenhamos tempo hábil de realizar a avaliação."

RESPOSTA:

"Diante de algumas situações identificadas, já foi publicada a suspensão do certame, antes previsto para 18/06/2021, sem data definida. Contudo, nova designação, provavelmente será para o início do mês de julho/2021."

QUESTIONAMENTO:

62) "No item 2.4 do edital - Do valor referencial dos saldos, a MSD divulgada em dezembro de 2020 foi de R\$ 4.568.304.408,82, e o saldo em final de 2020 de R\$ 5.400.909.220,53. Tendo em vista a oscilação do Saldo Médio de dez/20 contra o Saldo de 31/dez/20, qual expectativa de saldo médio para o final de 2021 e também para os próximos anos?"

RESPOSTA:

"A expectativa é no sentido de que a MSD seja superada durante o exercício de 2022 e subsequentes."

QUESTIONAMENTO:

63) "No item 2.6.1 do edital - Do cálculo dos valores mensais da Verba de Relacionamento Negocial, a "Taxa Selic" descrita na fórmula do VRN, refere-se a Selic Meta (3,50%), ou a Selic Over (3,40%)?"

RESPOSTA:

"Refere-se à Selic Meta "= Taxa de juros básica da economia, divulgada pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom)", conforme consta do item 9.1 do Termo de Referência."

QUESTIONAMENTO:

64) "Ainda no item 2.6.1 do edital, o Fator de remuneração deve considerar a regra da poupança velha sobre alguma parte do saldo total dos depósitos? Se sim, qual seria este montante?"

RESPOSTA:

"Deve considerar a regra da poupança em conformidade com o normativo estabelecido pelo Banco Central."

Salvador, 08 de julho de 2021.


Fernanda Ferreira Ribeiro
Pregoeira


Antonio Henrique Sampaio Garcia
Chefe do Núcleo de Licitação